



Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal do Município de
Itumbiara – GO

PROCURADOR MUNICIPAL

CADERNO DE QUESTÕES

30/03/2025

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Itumbiara-GO	16 a 20
Conhecimentos Específicos do Cargo	21 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Pétalas caíram, suavemente, pelo chão.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão apresenta 4 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consiste em uma proposta de peça processual ou parecer jurídico acerca de um ou mais dos temas do conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo, e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Leia o texto a seguir.

Rebelião no Cepaigo

Presidente do Tribunal de Justiça, secretário de Segurança, promotores e juízes são feitos reféns por presos que exigem armas e veículos para fugir

O POPULAR. Capa. Edição de 29 mar. 1996.

O uso das vírgulas na manchete acima apresenta a função de

- (A) delimitar o aposto.
- (B) omitir expressões verbais.
- (C) separar orações intercaladas.
- (D) enumerar termos.

QUESTÃO 02

Leia o trecho a seguir.

[...] só é Artista quem Entrega
a explosão
aos pés do público
com ritmo, poesia, beleza
ainda que ele esteja dançando um crime.

BEI, Aline. *Pequena Coreografia do Adeus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Nesta passagem de *Pequena Coreografia do Adeus*, a sentença “ainda que ele esteja dançando um crime” expressa a ideia de

- (A) concessão.
- (B) condição.
- (C) causa.
- (D) finalidade.

QUESTÃO 03

Leia o texto a seguir.

Em clima de celebração pela possível indicação de Ainda Estou Aqui ao Oscar 2025, o Cinesesc São Paulo realizará uma reexibição especial de Terra Estrangeira, filme dirigido por Walter Salles e Daniela Thomas, e estrelado por Fernanda Torres. O filme conta a história de Alex (Torres), uma jovem de São Paulo que vive em Lisboa, onde trabalha como garçonete e enfrenta um relacionamento complicado com Miguel (Alexandre Borges), um músico com dependência em heroína.

Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/terra-estrangeira-de-walter-salles-com-fernanda-torres-ganha-reexibicao/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Em relação à tipologia textual, o trecho pode ser considerado um texto:

- (A) descritivo, por apresentar ao leitor uma atração de possível interesse público.
- (B) narrativo, por relatar acontecimentos em determinado espaço-tempo.
- (C) argumentativo, por destacar o sucesso comercial e crítico das obras citadas.
- (D) injuntivo, por instruir o leitor em relação ao modo de consumo dos filmes.

QUESTÃO 04

Leia o texto a seguir.

Toda vez que visito meu pai, é a mesma coisa: fico no meio da revolta dele contra o uso de “a gente”. Ele fica indignado porque os jornalistas da Globonews usam “a gente”, “a gente”, “a gente”, diz que “é um desserviço à educação”, um “empobrecimento da língua”, e fica preocupado com o futuro e o que vai ser do mundo, só por causa desse “a gente”. Aí, depois de todo o texto, de repente ele solta: “A gente precisa pensar no almoço”.

Disponível em: <<https://www.roseta.org.br/2018/05/16/nem-sempre-as-pessoas-falam-aquilo-que-dizem-que-falam/>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

O texto acima descreve um caso de julgamento de formas linguísticas de acordo com a avaliação social que lhes é conferida. A negação pelo uso da expressão “a gente” no texto está associada

- (A) à pressão institucional de órgãos públicos.
- (B) ao desvio gramatical da forma consagrada “nós”.
- (C) à sua assimilação como marca de identidade.
- (D) ao avanço de políticas da linguagem simples.

QUESTÃO 05

Leia a tirinha a seguir.



WALKER, Mort. *Recruta Zero*. 1996.

O pronome demonstrativo “isso” no terceiro quadrinho apresenta função

- (A) catafórica, por fazer referência a algo não dito.
- (B) anafórica, por retomar termos ditos anteriormente.
- (C) dêitica, por apontar a algum elemento contextual.
- (D) coesiva, por substituir o substantivo “coordenadas”.

QUESTÃO 06

Leia o texto a seguir.

Está aí uma coisa que discordo. Virou clichê essa frase e esconde nuances. Mesmo nos casos que dependam de ação humana, a IA tende a potencializar o trabalho de um profissional e o impacto pode ser redução de postos de trabalho. Outras atividades podem ser totalmente automatizadas.

Disponível em:

<<https://www.threads.net/@profrafaelbittencourt/post/DFFfXcOOIBG>>.

Acesso em: 26 jan. 2025.

Segundo a norma padrão, no trecho acima, há um desvio de:

- (A) regência verbal, pois falta a preposição “de”, exigida pelo verbo “discordar”.
- (B) regência nominal, pois falta a preposição “com”, exigida pelo nome “nuances”.
- (C) concordância verbal, pois o verbo “depende” deveria estar no singular para concordar com “mesmo”.
- (D) concordância nominal, pois falta o artigo feminino antes de “redução de postos de trabalho”.

QUESTÃO 07

Leia o texto a seguir.

Batizado de Trilha Chica Machado, o percurso tem 500 metros de caminho de terra. Os outros 2,5 quilômetros são asfaltados. A inauguração foi feita pela Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia (AMMA) no domingo (24), no Núcleo Socioambiental do Parque Macambira Anicuns, no Setor Novo Horizonte. Conforme a AMMA, o nome escolhido para a trilha faz homenagem a Chica Machado, uma mulher negra que foi comprada como escrava aos 13 anos e se tornou influente, rica e respeitada no Arraial de Cocal, área rural próxima ao município de Niquelândia. Segundo a história, que é contada entre gerações de habitantes locais, a mulher comprava escravos para libertá-los.

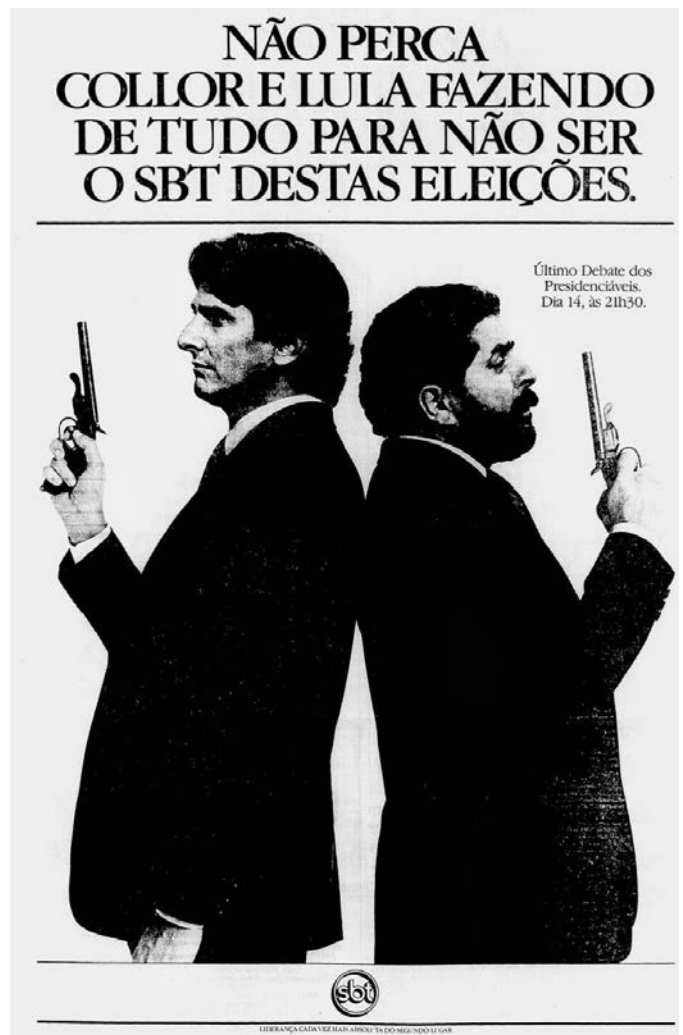
Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/07/25/goiania-passa-a-ter-trilha-de-3-km-ligando-os-parques-macambira-anicuns-e-bernardo-elis-veja-rota.ghtml>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

No decorrer do texto, para evitar a repetição do nome Chica Machado, utiliza-se como recurso coesivo o uso de

- (A) sinônimos.
- (B) parônimos.
- (C) pronomes.
- (D) substantivos.

QUESTÃO 08

Leia o texto a seguir.



Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/conexao-brasilia/se-voce-acha-aecio-x-dilma-barra-pesada-nao-viu-esse-debate/amp/>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

Associada a imagem ao texto, o modo como os candidatos à presidência é representado ilustra o debate eleitoral como

- (A) expressão da violência política no cenário pós-ditatorial.
- (B) palco de disputas para conquista de maior número de eleitores.
- (C) recurso de ataque e defesa contra adversários políticos.
- (D) recorte de um cenário de acirrada polarização ideológica.

QUESTÃO 09

Leia as sentenças a seguir.

- I. O Itumbiara liderou o Campeonato de ponta a ponta.
II. Nas casas de campo, apanhava de chicote.

A preposição “de”, além de tradicionalmente cumprir sua função gramatical no sistema de transitividade, desempenha uma função lexical em ambas as ocorrências. Respectivamente, nas duas sentenças acima, a preposição “de” indica relações semânticas de

- (A) extensão e posição.
(B) extensão e instrumento.
(C) posse e posição.
(D) posse e instrumento.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

“Muitos influenciadores acham os *briefings* burocráticos, engessados e os prazos curtos, o que dificulta a entrega do conteúdo conforme a estratégia da marca. Mas o que muitos não percebem é que as campanhas publicitárias têm uma estratégia por trás, que envolve não só o influenciador, mas uma série de outros fatores, como cronogramas, equipe de social media e preocupações com estoque e distribuição de produtos. Quando o influenciador não cumpre o prazo ou o *briefing*, isso pode gerar grandes problemas para a marca”, pontua a jornalista.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/noticia/2025/01/24/planilha-polemica-com-avaliacoes-sobre-influenciadores-repercute-na-web-e-especialista-chama-a-atencao-desrespeito-aos-contratos-de-sigilo.ghtml>>.
Acesso em: 24 jan. 2024.

O uso da palavra “*briefing*” no contexto digital expressa

- (A) a predominância dos países anglófonos sobre o mercado publicitário.
(B) a necessidade de formalização de contratos a partir de termos jurídicos.
(C) o avanço da burocratização de ocupações como a dos influenciadores digitais.
(D) a inexistência de termos em língua portuguesa para descrever novas práticas digitais.

Leia o Texto 1 para responder às questões de 11 a 15.

Texto 1

Eu não queria estar na pele dos narradores de futebol. A vida lhes ficou difícil. Além da dificuldade de identificar os jogadores pelo número na camisa (que passou de 1 a 11 para de 1 a 99), posição em campo (todos hoje jogam em todas) e estilo de cabelo (abundam os cabelos descorados), há os nomes. Tem-se a impressão de que, nos anos 2000, os pais brasileiros elegeram certos nomes com os quais registrar seus filhos e correram em massa para os cartórios. É só consultar o atual plantel profissional dos principais times, divulgado por eles. Tome Mateus (ou Matteus, Matheus, Matteo ou Mateuzinho). Botafogo, Corinthians, Fluminense, Vasco, Palmeiras, Santos e São Paulo, todos têm um. O Flamengo e o Cruzeiro têm dois. Ou, então, Lucas (ou Luccas ou Lucca). Atlético Mineiro, Flamengo, Grêmio, Santos e São Paulo têm o seu. O Cruzeiro e o Internacional, dois, e o Fluminense, pode crer, cinco. Cinco Lucas! E Wallace? Há pelo menos um no Cruzeiro, Flamengo, Fluminense e Vasco. E o que dizer de Alan (ou Allan)? Botafogo, Corinthians, Flamengo e Internacional têm um e o Atlético Mineiro, dois — todos eles Álans, não mais Alãs.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2025/03/bola-com-kaue-ou-sera-kaue.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2025.

QUESTÃO 11

Pela extensão e detalhamento da discussão, o tema central do excerto é

- (A) a numeração das camisas dos jogadores.
(B) a alternância das funções táticas dos atletas.
(C) a quantidade de variações de nomes tradicionais.
(D) a variedade de estilo do cabelo dos desportistas.

QUESTÃO 12

Por seu tema e estilo, o texto pertence ao gênero

- (A) editorial.
(B) artigo.
(C) reportagem.
(D) crônica.

QUESTÃO 13

O segmento “narradores de futebol”, na frase do texto, é retomado na frase seguinte por meio de um pronome

- (A) oblíquo.
- (B) demonstrativo.
- (C) indefinido.
- (D) possessivo.

QUESTÃO 14

No segundo parágrafo, predomina o desenvolvimento por meio de

- (A) causa e consequência.
- (B) enumeração de exemplos.
- (C) contraste de ideias.
- (D) descrição pormenorizada.

QUESTÃO 15

Na frase “O Cruzeiro e o Internacional, dois, e o Fluminense, pode crer, cinco.”, a separação dos numerais por vírgula tem a função de

- (A) marcar a elipse do verbo.
- (B) separar sujeito e predicado.
- (C) introduzir uma enumeração.
- (D) isolar um aposto.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Conforme dados do Instituto Mauro Borges e da Defensoria Pública goiana, a quantidade absoluta de pessoas vulneráveis pelo critério de renda concentra-se nas comarcas de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Águas Lindas de Goiás, com 255.345, 92.154 e 89.291 pessoas, respectivamente. Entretanto, as maiores proporções relativas dessa vulnerabilidade estão nas comarcas de Cavalcante (59,9%), Iaciara (57,5%) e Santa Terezinha de Goiás (53,6%) – todas cidades da região intermediária de Luziânia - Águas Lindas de Goiás e antigo nordeste goiano. A diferença nos resultados das cidades, quando considerados valores absolutos e relativos, se justifica respectivamente pela

- (A) ausência de indústria e concentração de recursos naturais.
- (B) concentração populacional e alta desigualdade social na região.
- (C) proximidade com a capital e proximidade com o nordeste brasileiro.
- (D) aparição do crime organizado e existência de comunidades tradicionais.

QUESTÃO 17

Leia o texto a seguir.

O coro das Igrejas e as bandas de música foram a escola de músicos vilaboenses, onde se salientaram os regentes de coros, orquestras e banda, excelentes instrumentistas e onde também os cantores puderam desenvolver suas qualidades vocais. A vida girava em torno da Igreja e a música pelo nosso sertão quase que se desenvolvia em função da liturgia, dado aí a frequente inspiração sacra dos nossos compositores. Valorizavam muito os músicos e a eles dispensavam uma especial atenção oferecendo, após a cerimônia, cartuchos de confeitos de amêndoas, sequilhos, chá, café, garrafas de vinho tinto, moscatel do Porto e aguardente do Reino, como relatam os livros da irmandade dos Passos. Esta Irmandade criou o coro para a Semana Santa, possuindo um razoável número de músicos.

CALADO, M. A. Modinha em Goiás. *Apud*: TELES, J. M. *No Santuário de Cora Coralina*. Goiânia, Ed. Kelps. 4ª ed., 2010, p. 85. [Adaptado].

O texto enfatiza qual aspecto da religiosidade goiana?

- (A) O descaso com manifestações pagãs.
- (B) A determinação em eliminar o laicismo.
- (C) O empenho em fomentar a cultura local.
- (D) A vontade de padronizar a música regional.

QUESTÃO 18

Leia o texto a seguir.

Observa-se que Itumbiara desempenha papel importante como polo de concentração econômica das atividades vinculadas ao campo e como importante polo industrial. O crescimento do município ocorreu em duas etapas, sendo a primeira na década de 1950, motivada pela agricultura, com a produção de arroz e posteriormente milho, e em 1972, com a chegada de Furnas à Itumbiara. A empresa aproveitou o potencial energético do Rio Paranaíba para construir sua maior usina hidrelétrica. Historicamente, o Estado de Goiás teve grande impulso com a agropecuária alavancando a criação da agroindústria e, posteriormente, atraindo outras indústrias, como no caso de Itumbiara, devido sua localização ou pela intervenção pública por meio de incentivos fiscais.

FIEG. *Polos industriais do estado de Goiás*: Itumbiara. Goiânia: Federação das Indústrias do estado de Goiás, 2018, p. 13.

Por qual motivo o texto associa o desenvolvimento da atividade produtiva com o crescimento urbano?

- (A) O crescimento de imigrantes em busca de trabalho.
- (B) O desenvolvimento dos recursos tecnológicos.
- (C) O alargamento da desigualdade econômica.
- (D) A ampliação da concentração da renda.

QUESTÃO 19

Leia o texto a seguir.

Fragmento a unidade e falo do mapa de Goiás, fazendo a chamada das localidades principais. não as de maior número de habitantes e produção, mas as que trazem no nome a poesia do sertão.

Chamo os municípios, os distritos e os povoados (os arraiais, os patrimônios, as bibocas do mato) e lhes corto de improviso alguma força e referência para que tenham peso próprio na pronúncia e na lenda.

Tento perdoar aos políticos o mau gosto dos sufixos com que familiarmente formam topônimos ridículos, em -ânia, em -ândia e em -alópolis, apesar do evocatório que envolve os nomes de Goiânia, Hidrolândia e Pirenópolis.

É bom ouvir no termo o prefixo da pedra-lascada acendendo no silêncio a pederneira das palavras: Itaberaí, Itacajá, Itaguaru, Itarumã, Itá, Itaguatins, Itumbiara, Itapirapuã. E também Itapaci, Itapuranga, Itauçu, Itaúna, Itapiratins, Itaguari e Itaguaçu.

TELES, G. M. Localidade. *In*: TELES, G. M. *Hora aberta*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 370. [Adaptado].

Utilizando os nomes das cidades goianas, de que forma o poema valoriza a identidade regional?

- (A) Debochando dos nomes tradicionais.
- (B) Criticando as grandes metrópoles.
- (C) Eliminando a influência grega.
- (D) Prestigiando a herança indígena.

QUESTÃO 20

Leia o texto a seguir.

Em Itumbiara, se por um lado a expansão territorial foi contida pelos limites impostos pelo rio Paranaíba à sudeste, nota-se uma dispersão intensa em direção ao norte (eixo da rodovia BR-153) e noroeste (avenida Modesto de Carvalho em direção à BR-452). Outro fator que influenciou diretamente foi a localização industrial, sobretudo se consideramos a implantação do Distrito Agroindustrial de Itumbiara – DIAGRI, no extremo oeste da cidade. Além disso, vale destacar o papel das áreas residenciais no processo de dispersão territorial ao longo das últimas décadas, seja por meio de loteamentos privados quanto a partir de conjuntos habitacionais implantados pelo poder público. Grande parte destes empreendimentos foram implantados em áreas periféricas mais distantes, a norte e a oeste.

MIYAZAKI, V. K. Análise da morfologia urbana em Itumbiara (GO). *Espaço em Revista* | v. 21, n. 1. jan./jun. 2019, p. 29-30. [Adaptado].

O processo descrito no texto gerou qual impacto na cidade de Itumbiara?

- (A) A inviabilidade do escoamento de mercadorias.
- (B) A dependência dos empregos no agronegócio.
- (C) O endividamento da construção civil.
- (D) O crescimento urbano disperso.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 21

Consoante à Constituição Federal de 1988, fruto da redemocratização pós-ditadura militar, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos seus fundamentos

- (A) a defesa da paz.
- (B) a igualdade entre os Estados.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) a concessão de asilo político.

QUESTÃO 22

De acordo com a Constituição Federal de 1988, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes

- (A) à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (B) à dignidade, ao pluralismo político e à soberania.
- (C) à nacionalidade, à soberania e ao pluralismo político.
- (D) à nacionalidade, à cidadania e ao pluralismo político.

QUESTÃO 23

No que concerne à previsão da atual Constituição Federal de 1988 sobre desapropriação

- (A) pode ser realizada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- (B) demanda indenização em dinheiro, imediatamente posterior ao ato desapropriatório.
- (C) deve ser obrigatoriamente submetida ao crivo judicial, para que surta seus jurídicos efeitos plenos.
- (D) estabelece indenização a ser quitada em títulos da dívida ativa, por prazo não superior a 30 anos, contados a partir de sua consolidação.

QUESTÃO 24

De acordo com o rol firmado na Constituição Federal de 1988, são explicitados como direitos sociais:

- (A) a educação, a saúde, a liberdade de expressão, o trabalho, a moradia, a propriedade privada, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (B) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (C) a saúde, a alimentação, a liberdade de manifestação, o transporte, a liberdade de consciência e de crença, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (D) a saúde, a alimentação, a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, a segurança, a previdência social, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da honra, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

QUESTÃO 25

No que tange aos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988:

- (A) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos.
- (B) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos; e facultativos para os maiores de sessenta anos.
- (C) os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito, para concorrerem a outros cargos.
- (D) os inalistáveis e os analfabetos são inelegíveis.

QUESTÃO 26

Conforme a Constituição Federal de 1988, tratando-se da organização político-administrativa do Estado

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são soberanos no sistema federativo brasileiro.
- (B) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Município ou reintegração ao Município de origem serão reguladas em lei ordinária.
- (C) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (D) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, simultaneamente à divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

QUESTÃO 27

Conforme o disposto na Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como também a determinação de que

- (A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

QUESTÃO 28

Conforme a Constituição Federal de 1988, aplica-se a seguinte disposição ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo:

- (A) investido no mandato de Prefeito, poderá permanecer no cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração mais elevada.
- (B) investido no mandato de Vereador, independentemente da compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (C) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (D) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

QUESTÃO 29

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,

- (A) assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (B) assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente de dolo ou culpa.
- (C) devendo tal ato e/ou circunstância ser obrigatoriamente submetido ao Poder Judiciário, o qual avaliará a possibilidade jurídica – ou não – de aplicação do direito de regresso contra o responsável pelo ato.
- (D) inaplicável qualquer pleito concernente ao direito de regresso.

QUESTÃO 30

Conforme a Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, (Lei de Improbidade Administrativa), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por

- (A) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- (D) cumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

QUESTÃO 31

Consoante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país

- (A) trinta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (B) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (C) sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- (D) noventa dias depois de oficialmente publicada.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (Código Civil de 2002), cessará, para os menores de dezoito anos, a incapacidade

- (A) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, desde que suprida por homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver doze anos completos.
- (B) pelo casamento religioso, desde que autorizado pelo magistrado da comarca no qual reside.
- (C) pela aprovação em concurso público de nível superior.
- (D) pela colação de grau em curso de ensino superior.

QUESTÃO 33

Considerando o disposto no Código Civil de 2002 acerca da prescrição

- (A) pode ser alterada por acordo das partes.
- (B) pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- (C) deve ser fixada na metade do prazo da pretensão.
- (D) deve ser fixada no dobro do prazo da pretensão.

QUESTÃO 34

Pertinente à posse, nos termos fixados pelo Código Civil de 2002, considera-se possuidor

- (A) todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- (B) aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (C) todo aquele que possuir coisa indivisa, podendo cada um que exercer sobre ela atos possessórios, dispor sobre os demais compossuidores.
- (D) aquele que, de boa-fé, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

QUESTÃO 35

Sobre as obrigações de dar coisa certa, firmadas a partir do art. 233 e seguintes do Código Civil de 2002 vigente, se a coisa

- (A) se perder antes da tradição, sofrerá o devedor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- (B) se deteriorar por culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização.
- (C) se deteriorar por dolo do credor, responderá este por perdas e danos mais frutos pendentes.
- (D) se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

QUESTÃO 36

Consoante a Constituição Federal de 1988, a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei,

- (A) pensão por morte do segurado, homem, desde que tenha comprovação de casamento civil válido.
- (B) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior à metade do salário-mínimo.
- (C) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- (D) salário-família ou auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados independentemente da renda mensal comprovada.

QUESTÃO 37

Conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo,

- (A) ao dobro do valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- (B) à metade do valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- (C) ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- (D) ao terço do valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

RASCUNHO**QUESTÃO 38**

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), notadamente no que diz respeito à Lei Orçamentária Anual (LOA):

- (A) as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, em sua integralidade, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (B) o refinanciamento da dívida pública poderá constar, facultativa e separadamente, na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- (C) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- (D) a consignação na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada é permitida, dadas as circunstâncias excepcionais.

QUESTÃO 39

Em consonância com a redação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, os créditos adicionais classificam-se em

- (A) suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (C) especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (D) especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

RASCUNHO

QUESTÃO 40

Consoante à Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, por intermédio da seguinte conduta:

- (A) abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas.
- (B) vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial.
- (C) favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
- (D) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

QUESTÃO 41

De acordo com a Lei nº 11.101/2005, de 09 de fevereiro de 2005, (Lei de Recuperação Judicial e Falência), poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de dois anos e que atenda aos requisitos, cumulativamente: não ser falido e, se o foi,

- (A) estejam declaradas extintas, por sentença, mesmo que pendente de trânsito em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- (B) esteja tramitando no judiciário local o seu pedido de declaração de extinção do feito.
- (C) esteja em vias de efetuar um termo de ajustamento de conduta com o seu credor e/ou credores locais.
- (D) estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.

QUESTÃO 42

Conforme a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, (Lei de Crimes Ambientais), é uma circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime ambiental

- (A) reincidência nos crimes de natureza ambiental.
- (B) baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- (C) colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- (D) perpetração de crime ambiental culposo durante o dia.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em

- (A) dinheiro, constando valores e condições de quitação em ato administrativo prévio.
- (B) dinheiro, podendo ser quitado até 60 dias após a expedição do ato administrativo competente.
- (C) título da dívida pública.
- (D) bens públicos disponíveis para tal finalidade.

QUESTÃO 44

Consoante a Lei Estadual nº 18.104, de 18 de julho de 2013, para a regularização ambiental de posses e propriedades rurais, a adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, por meio de Termo de Adesão e Compromisso, no qual serão assumidos compromissos e o cumprimento de prazos para a regularização, é condição

- (A) dispensável.
- (B) obrigatória.
- (C) negocial.
- (D) captatória.

QUESTÃO 45

Conforme a Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1997, por infração a qualquer disposição legal ou regulamentar referente à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação e utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado de Goiás, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente e independentemente da sua ordem de enumeração, ficará sujeito a

- (A) detenção, de um a três meses.
- (B) improbidade administrativa, o qual lhe impedirá de contratar com a Administração Pública por até cinco anos.
- (C) advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para a correção das irregularidades.
- (D) medida socioeducativa, de três a seis meses.

QUESTÃO 46

De acordo com a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá

- (A) Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- (B) Licença de Operação (LO) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e, obrigatoriamente, atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos avançados a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- (C) Licença de Funcionamento (LF) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, antes mesmo da verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças firmadas, com as medidas de controle ambiental ou condicionantes determinados para a operação.
- (D) Licença Final (LF) - autoriza o fechamento do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos anteriormente aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

QUESTÃO 47

Em consonância com o determinado pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, (Código de Processo Civil), a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro

- (A) do domicílio do autor.
- (B) de qualquer um deles, autor ou réu.
- (C) de situação da coisa.
- (D) de domicílio do réu.

QUESTÃO 48

Consoante previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, (Código de Processo Civil), salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo a data

- (A) da juntada da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
- (B) de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
- (C) de término da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.
- (D) de término da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por correios.

QUESTÃO 49

Acerca da Tutela de Urgência, considerando a determinação expressamente prevista na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, (Código de Processo Civil), para a concessão da tutela de urgência

- (A) o juiz deve, necessariamente, exigir caução real ou fidejussória idônea.
- (B) o juiz deve, necessariamente, exigir declaração de responsabilidade subscrita pela parte requerente conjugada à caução real ou fidejussória idônea.
- (C) os elementos que indiquem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo deverão ser evidenciados.
- (D) as partes deverão ser, necessariamente, submetidas à justificação prévia.

QUESTÃO 50

De acordo com a Lei Municipal nº 1.159/1990 (Lei Orgânica do Município de Itumbiara), é competência comum do Município com a União e o Estado

- (A) dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos.
- (B) organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos locais.
- (C) elaborar o Orçamento Anual e Plurianual de Investimento com elaboração do plano local de desenvolvimento integrado.
- (D) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Proposta de peça processual ou parecer jurídico acerca de um ou mais dos temas abaixo:

Direito Constitucional: Direitos e garantias fundamentais; Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos; Organização político-administrativa do Estado; Disposições gerais dos servidores públicos; Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Direito Tributário: Sistema Constitucional Tributário; Princípios Constitucionais Tributários; Competência Tributária; Imunidades; Fontes do Direito tributário.

Leia o caso a seguir.

O prefeito municipal, por ser médico e extremamente comprometido com a questão sanitária, desde o início do seu mandato, sempre priorizou o atendimento humanizado e eficiente em prol dos seus munícipes, no intuito de garantir uma saúde pública de qualidade para a sua comunidade.

Sabendo disso, alguns moradores de cidades adjacentes têm procurado reiteradamente os serviços de saúde ali disponibilizados, o que vem sobrecarregando os postos de saúde e as contas públicas municipais.

Tal prefeito decide consultar a Procuradoria Municipal para indagar sobre a possibilidade de limitar os atendimentos da saúde pública em geral para os seus respectivos munícipes, tendo em conta que, na sua perspectiva, são eles que contribuem no âmbito municipal, ou seja, custeiam tais serviços, e, por isso, merecem desfrutar exclusivamente da sua prestação.

Diante do exposto, requer seja elaborado parecer jurídico no qual conste as fundamentações e normativas previstas em nosso ordenamento brasileiro para elucidar o questionamento trazido à baila pelo Prefeito Municipal.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30